

STJ00109978

Rafael Robba

JUDICIALIZAÇÃO

dos Planos e Seguros de Saúde Coletivos

CASOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO



Prefácio
Mário Scheffer

Copyright 2019 by © Rafael Robba

Edição: ELIANA SÁ E TÂNIA BERNUCCI

Revisão: TÂNIA BERNUCCI

Capa: Priscila Picholari

Projeto Gráfico: LILIAN QUEIROZ

Diagramação e Arte Final: 2 ESTÚDIO

Publicação: Vilhena Silva Sociedade de Advogados

OAB/SP 10723

Avenida Paulista, 1.294 – 1º andar

Bela Vista – SP – CEP 01310-100

www.vilhenasilva.com.br

vilhenasilva@vilhenasilva.com.br

Produção editorial: Sá Editora

www.saeditora.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Morganah Marcon, CRB-10/1024)

R631j Robba, Rafael.

Judicialização dos planos e seguros de saúde coletivos:
casos no Tribunal de Justiça de São Paulo. / Rafael Robba. –
São Paulo: Sá Editora, 2019.
160 p.

1. Seguros saúde coletivo: processos: São Paulo. 2. Planos
de saúde coletivos: processos: São Paulo. I. Título.

CDU: 369.22: 347.91/.95 (São Paulo)

SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
SOBRE O PROJETO DE PESQUISA	21
1.1 A origem deste estudo	21
1.2 Justificativa	23
CAPÍTULO 2	
A REGULAÇÃO E A JUDICIALIZAÇÃO EM SAÚDE	27
2.1 A atividade regulatória do Estado	27
2.2 O sistema de saúde brasileiro e a regulação em saúde	32
2.3 A evolução da saúde suplementar no Brasil	39
2.4 A judicialização na saúde	45
2.5 A judicialização na saúde suplementar	52
CAPÍTULO 3	
RESULTADOS ENCONTRADOS	59
3.1 Decisões analisadas e os temas envolvidos	59
3.1.1 Posição recursal das operadoras e resultado das demandas	61

3.1.2	Danos morais	62
3.1.3	Legislação aplicada nas decisões	63
3.1.4	Idosos nas demandas	65
3.2	Coberturas e reembolsos	65
3.2.1	Exclusão de cobertura	65
3.2.2	Recusas de reembolso	71
3.3	Aposentados e demitidos	74
3.3.1	Contrato coletivo e aposentadoria: manutenção do aposentado e discussão do valor da mensalidade	74
3.3.2	Manutenção do demitido no contrato coletivo	90
3.4	Reajuste da mensalidade	95
3.4.1	Reajuste por mudança de faixa etária	95
3.4.2	Reajuste por aumento de sinistralidade	102
3.5	Cancelamento de contratos	109
3.5.1	Cancelamento unilateral do contrato coletivo pela operadora	109
3.5.2	Manutenção de dependentes após falecimento do titular	113
3.5.3	Cobrança de mensalidades após rescisão contratual pela estipulante	115
3.5.4	Migração do contrato coletivo para individual e rescisão de contrato pela empresa contratante	119
3.5.5	Rescisão do contrato por inadimplemento e fraude	122
3.6	Descredenciamento	125
CAPÍTULO 4		
ENTENDIMENTOS RECENTES DO PODER JUDICIÁRIO		129
CAPÍTULO 5		
CONSIDERAÇÕES FINAIS		133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		141
APÊNDICE		159

GRÁFICOS

Beneficiários de planos de assistência médica por modalidade de contratação – Brasil – 2000 a 2016	43
Variação anual de beneficiários em planos de assistência médica e de empregos formais – Brasil – 2004 a 2015	43
Taxa de cobertura dos planos privados de assistência médica por unidade da federação – Brasil – setembro de 2016	44
Posição recursal da operadora de plano de saúde – TJSP – 2013 a 2014	61
Resultado da demanda – TJSP – 2013 a 2014	62
Resultado das demandas envolvendo exclusões de cobertura – TJSP – 2013 a 2014	66

QUADROS

Principais diferenças entre planos individuais/familiares e coletivos	17
Cenário de pesquisa	22
Resoluções normativas referentes a planos coletivos – ANS	24
Estimativa de ações judiciais referentes a planos de saúde coletivos julgadas pelo TJSP – São Paulo – 2010 a 2015	54

TABELAS

Temas envolvidos nas demandas – TJSP – 2013 a 2014	60
Indenizações por danos morais – TJSP – 2013 a 2014	62
Condenações por danos morais – TJSP – 2013 a 2014	63
Legislação citada nas fundamentações das decisões judiciais – TJSP – 2013 a 2014	63
Exclusões de cobertura – TJSP – 2013 a 2014	66
Reajustes por faixa etária segundo a ANS – Brasil	98
Reajustes analisados em todos os Tribunais – Brasil – 2005 a 2013	104